

Taxa de lucro dos bancos no Brasil: uma análise dos seus componentes e de sua evolução no período 2015-2020^a

Banks' Profit Rate in Brazil: an Analysis of its Components and Evolution in the Period 2015-2020

Norberto Montani Martins^b 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro (RJ),
Brasil

Paula Marina Sarno^c 

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói
(RJ), Brasil

Dalton Boechat Filho^d 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Observatório do Sistema Financeiro, Instituto
de Economia, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Luiz Macahyba^e 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento da taxa de lucro dos bancos no Brasil entre 2015 e 2020, tendo como pano de fundo a trajetória inédita de queda na taxa de juros básica e uma nova dinâmica quanto à cobrança de tarifas e serviços. Mais especificamente, analisa-se os diferentes componentes do resultado dos bancos antes da tributação (resultado operacional) com o intuito de avaliar a evolução da lucratividade

Editor responsável: Fernanda Ultremare

^a Submissão: 09/09/2021 | Aprovação: 24/06/2022 | DOI: 10.22456/2176-5456.118243

^b norberto.martins@ie.ufjf.br

^c pmsarno@gmail.com

^d daltonboechat@gmail.com

^e luizmacahyba@uol.com.br

Todos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

das instituições financeiras brasileiras e aferir os seus determinantes no passado recente. A análise é pautada em indicadores e estatísticas descritivas construídos a partir da demonstração de resultado dos balanços dos bancos comerciais e múltiplos no período de 2015 a 2020, disponibilizados na base de dados IF.Data e nos Relatórios de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil. Mostra-se que os bancos brasileiros foram capazes de manter elevadas taxas de lucro a despeito da queda da taxa de juros e do marasmo econômico, o que é explicado por sua capacidade de controlar seus custos de captação e reorganizar seus portfólios de empréstimos para linhas com maior retorno, especialmente, as destinadas a pessoas físicas. Além disso, o contexto atual indica certo esgotamento da estratégia já empregada no passado de diversificação e elevação de receitas de tarifas e prestação de serviços.

Palavras-chave: Bancos. Taxa de Lucro. Intermediação Financeira. Tarifas Bancárias. Serviços Bancários.

Abstract: This paper aims at analyzing the behavior of banks' profit rates in Brazil between 2015 and 2020, in the context of the unprecedented cuts in interest rates and of a new dynamic regarding fees and charges on services. More specifically, we analyze the different components of banks' operating income in order to assess the evolution of profitability of Brazilian financial institutions and its determinants in the recent past. The analysis is based on indicators and descriptive statistics based on the income statements and balance sheets of commercial and universal banks for the period 2015 to 2020, according to the Central Bank of Brazil's IF.Data database and Financial Stability Reports. It is shown that Brazilian banks were able to maintain high profit rates despite the fall in interest rates and the economic stagnation during the period, which is explained by their ability to control their funding costs and reorganize their portfolios towards loans with higher returns, such as household credit. In addition, the current context indicates the exhaustion of a strategy of diversifying and increasing revenues from fees and services.

Keywords: Banks. Profit Rate. Financial Intermediation. Banking Fees. Banking Services.

JEL: E44. G21.

1. Introdução

No final da primeira década dos anos 2000, um estudo realizado pela Consultoria AT Kearney para a Revista Exame concluiu que o setor bancário no Brasil se caracterizava por uma capacidade incomum de se adaptar a ambientes macroeconômicos distintos (Exame, 2010). Em comparação ao desempenho dos setores bancários de outros países, como Estados Unidos, Rússia, Índia e China, os bancos brasileiros se destacavam, apresentando elevadas taxas de lucro (retorno sobre o patrimônio líquido).

Fatores como a prevalência de elevadas taxas de juros e o processo de concentração em poucas e grandes instituições foram apontados nesse estudo como os principais responsáveis pelo resultado dos bancos brasileiros. Com efeito, a relação entre taxa de juros e lucratividade das instituições encontra respaldo em diversos trabalhos acadêmicos. Por exemplo, Bolt *et al.* (2012) encontram uma forte correlação estatística entre a margem líquida de juros e a taxa de juros de longo prazo. Já Claessens, Coleman e Donnelly (2018) analisam uma amostra de 3.385 bancos, em 47 países, de 2005 a 2013, e concluem que reduções na taxa de juros levam a reduções na margem líquida de juros e na lucratividade dos bancos. A taxa de juros também figura como importante determinante do *spread* bancário, em especial, no Brasil, o que afeta diretamente a lucratividade do setor⁶.

Passada mais de uma década da crise financeira internacional de 2008-9, os desafios para aqueles que analisam o sistema bancário no Brasil são, agora, bem distintos. Uma primeira questão, enfrentada por este artigo, se refere a compreender o comportamento mais recente da rentabilidade bancária diante da trajetória inédita de queda na taxa de juros básica. A redução da taxa Selic começou no final de 2016 e perdurou até o final de 2020, com taxas de um dígito desde o final de 2017. Intuitivamente, espera-se que os bancos prosperem em contextos de elevadas taxas de juros e tenham dificuldades de sustentar seus resultados em conjunturas de taxas baixas. Isto porque uma das principais fontes de receitas dos bancos são os juros cobrados nos empréstimos. Ademais, os ganhos de tesouraria dependem da

⁶ Ver Belaisch (2003), Paula e Marques (2006), Oreiro et al. (2021), Aratijo, Jorge Neto e Ponce (2006), Martins (2012), Almeida e Divino (2015) e Joaquim e Van Doornik (2019). Num trabalho recente, Santos (2021) destaca que, conforme sua estratégia empírica, os elevados *spreads* praticados pelos bancos brasileiros em operações de empréstimos livres são majoritariamente explicados por um histórico de custos elevados: a concentração – e, portanto, o padrão de competição a ela associado – é somente um fator de segunda ordem.

remuneração de operações compromissadas e de ativos cuja rentabilidade está, em maior ou menor grau, associada ao comportamento da taxa Selic.

Soma-se a isso a pífia trajetória de recuperação da atividade econômica no Brasil após a recessão de 2015-6, com baixo dinamismo da demanda agregada e dos investimentos. De um lado, o marasmo econômico pode ser associado a uma redução na demanda de crédito por parte dos agentes⁷. De outro lado, a depressão impacta a própria disposição das instituições financeiras em ofertar crédito, levando a exigências de colaterais mais robustos e a uma seleção mais criteriosa de tomadores.

Entretanto, há que se considerar que as instituições financeiras não reagem passivamente às condições macroeconômicas. Pelo contrário:

Banks and bankers are not passive managers of money to lend or to invest; they are in business to maximize profits. They actively solicit borrowing customers, undertake financing commitments, build connections with business and other bankers, and seek out funds. Their profits result from charging for funds they make available, even as they pay for funds. Banks, in effect, lever their equity base with other people's money, and profits are derived from fees for accepting debts, committing funds, and miscellaneous services-as well as the spread between the interest rates they charge and they pay (Minsky, 2008, p. 256-7).

A segunda questão trata da outra fonte fundamental de ganhos para os bancos: as receitas de serviços e tarifas. Esse grupo tem representado ao longo dos últimos anos um percentual em torno de 20% das receitas que os bancos brasileiros recebem em atividades de intermediação financeira – ou 15% das receitas totais. O volume absoluto dessas receitas tem crescido ao longo dos últimos anos, muito embora impressionantes mudanças estruturais estejam se delineando, aparentemente, aumentando as pressões competitivas no setor – por exemplo, com a entrada das *fintechs* de pagamentos e o *open banking*, ou a própria operacionalização do Pix. Algumas dessas mudanças, inclusive, já são realidade. Cabe questionar, portanto, quais seriam os possíveis efeitos dessas variáveis sobre a rentabilidade bancária.

⁷ A crise associada à pandemia de covid-19 agravou o quadro macroeconômico. Porém, neste caso, a questão da demanda e oferta de crédito assume contornos mais complexos, pois as empresas, especialmente de menor porte, acabaram se deparando com uma necessidade de caixa substancial para lidar com a queda nos fluxos de entrada de recursos, levando-as a demandar mais recursos. Ver Torres Filho, Macahyba e Martins (2020).

O presente artigo tem como objetivo geral responder a essas duas questões a partir da análise dos dados de demonstração de resultado e dos balanços dos bancos comerciais e múltiplos no período de 2015 a 2020. Mais especificamente, analisa-se os diferentes componentes do resultado desses agentes antes da tributação (resultado operacional) com o intuito de diagnosticar a evolução da lucratividade das instituições financeiras brasileiras e aferir os seus determinantes no período mencionado⁸.

A metodologia empregada consiste na construção e análise de indicadores e estatísticas descritivas dos bancos comerciais e múltiplos (com carteira comercial) tendo como referência os dados disponibilizados no sistema IF.Data, no Relatório de Estabilidade Financeira e no Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil (BCB).

O trabalho está dividido da seguinte forma. A seção 2 fornece uma contextualização acerca do desempenho macroeconômico e da lucratividade das empresas brasileiras no período de 2015 a 2020. A seção 3 se dedica a analisar as receitas, as despesas e o resultado de intermediação dos bancos, buscando caracterizar sua evolução e seus principais determinantes. A seção 4 enfoca a questão da prestação de serviços e das cobranças de tarifas, dos custos administrativos e de pessoal. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais pontos do trabalho e indicam uma agenda de pesquisa.

2. O contexto macroeconômico e a taxa de lucro na economia brasileira entre 2015 e 2020

A economia brasileira ingressou numa trajetória atribulada a partir da segunda metade da década de 2010. A desaceleração da primeira metade da década (Serrano; Summa, 2015) foi seguida por uma recessão profunda em 2015 e 2016 e por uma lenta recuperação a partir de 2017. Em 2020, a crise associada à pandemia de covid-19 encontrou uma economia combalida, que crescia e investia pouco, e gerava poucos empregos (Paula, 2021). Na visão de Sicsú (2019, 2020), inclusive, seria mais apropriado denominar essa fase da economia brasileira, inaugurada em 2015, como uma depressão. Por depressão compreende-se um período agravado

⁸ A análise dos demais componentes da lucratividade, em especial, a tributação, que tem especificidades contábeis importantes, é também fundamental para entender o lucro apresentado nos balanços dos bancos. Entretanto, devido a limitações de espaço, essa tarefa será alvo de trabalho posterior.

de recessão econômica, em que o desemprego e a atividade não apontam para uma trajetória de recuperação clara.

Independentemente da nomenclatura utilizada, o pífio desempenho econômico brasileiro, que nos levou a declarar outra “década perdida”, deve-se a uma conjunção de fatores. Parte deles está ligada à economia internacional e outra parte a questões internas, refletindo as múltiplas crises do capitalismo brasileiro: no padrão de acumulação, no âmbito institucional e na cena política – às quais, mais recentemente, foi adicionada a crise sanitária (Pinto *et al.*, 2019).

O conjunto de políticas recessivas no âmbito fiscal e monetário adotado em 2015 foi agravado pela desarticulação produtiva e pela crise institucional originadas a partir da Operação Lava Jato. A conjunção desses fatores culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Pinto *et al.*, 2019; Chernavsky; Dweck; Teixeira, 2020; Augusto Jr.; Gabrielli; Alonso Jr., 2021).

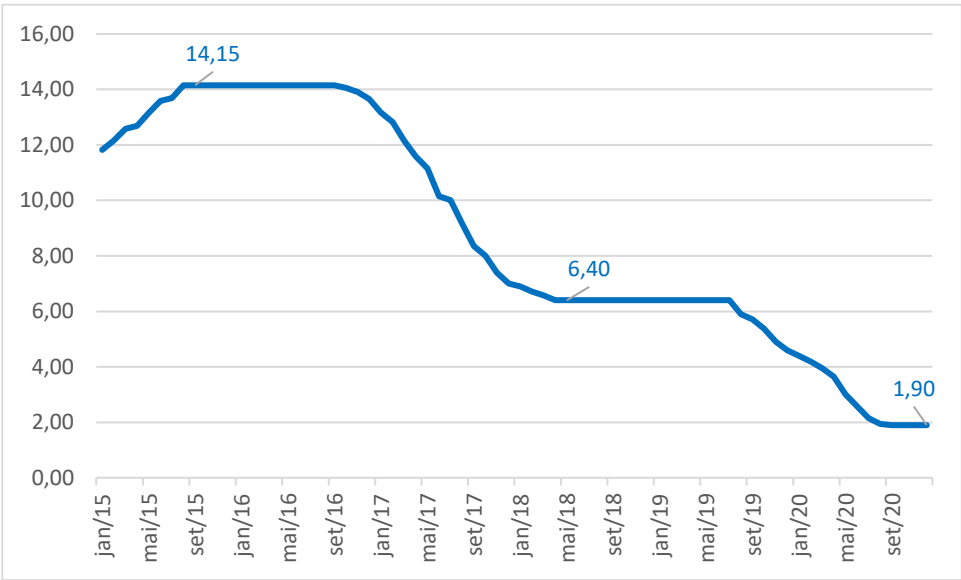
O período subsequente à deposição do governo foi marcado por uma mudança profunda no gerenciamento do arcabouço de política econômica brasileiro. Prevaleceu uma abordagem em prol da austeridade fiscal e, num primeiro momento, monetária, com consequências severas para a atividade econômica. Num segundo momento, avançou-se sobre uma agenda de reformas – trabalhista, previdenciária e do tamanho do Estado (teto de gastos) –, que não foram capazes de gerar crescimento. Muito embora as reformas tenham tido efeitos deletérios sobre o poder de barganha da classe trabalhadora. O arrefecimento do conflito distributivo e da inflação, aliado a um cenário internacional de liquidez favorável, levou o BCB a dar início a uma redução sustentada da taxa básica de juros. A evolução dos principais indicadores macroeconômicos no período de 2015 a 2020 pode ser observada na Tabela 1, enquanto o Gráfico 1 dá destaque à evolução da taxa de juros.

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos brasileiros (2015-2020)

Ano	PIB (Δ%)	FBCF/ PIB (%)	Inflação - IPCA (Δ%)	Taxa Selic (% a.a.)	DLSP/ PIB (%)	Taxa de câmbio (R\$/US\$)
2015	-3,6	17,8	10,7	13,4	35,6	3,90
2016	-3,3	15,5	6,3	14,1	46,1	3,26
2017	1,3	14,6	3,0	10,1	51,4	3,31
2018	1,8	15,1	3,8	6,5	52,8	3,87
2019	1,4	15,3	4,3	5,9	54,6	4,03
2020	-4,1	16,4	4,5	2,8	62,7	5,20

Fonte: Ipeadata e Sistema de Séries Temporais do BCB.

Gráfico 1 – Taxa Selic acumulada no mês anualizada (% a.a.) (2015-2020)



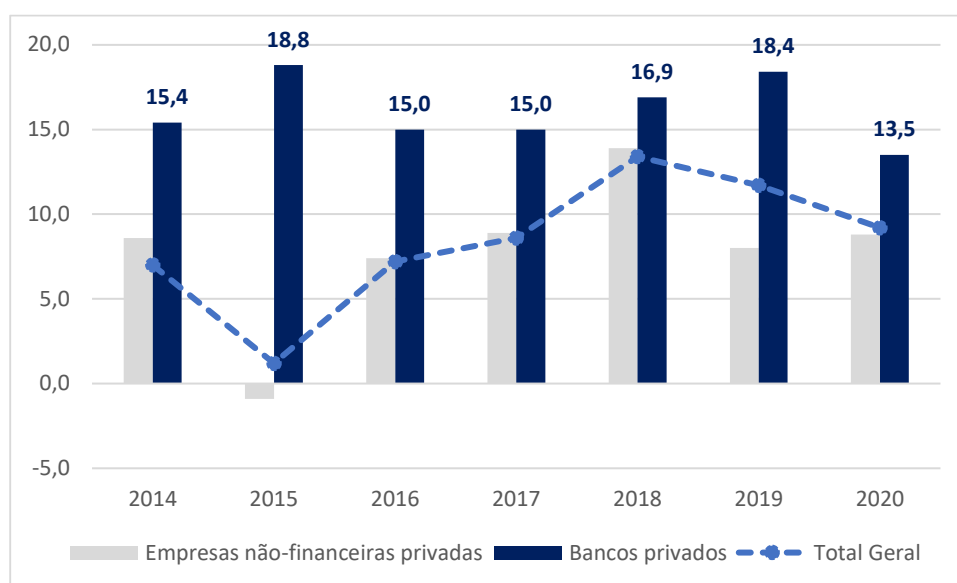
Fonte: Sistema de Séries Temporais do BCB (Série 4189).

O desempenho macroeconômico descrito afetou diretamente as possibilidades de lucro e remuneração do capital das empresas brasileiras. A despeito do baixo crescimento econômico, as políticas e reformas adotadas permitiram, ao menos num primeiro momento, uma recuperação significativa da taxa de lucro – razão entre retorno e patrimônio líquido. A redução do custo unitário do trabalho e a diminuição do poder de barganha dos trabalhadores permitiram às empresas manterem as despesas sob rédeas curtas e reestabelecer suas margens (Pinto *et al.*, 2019). Como mostra o Gráfico 2, a taxa de lucro média

das grandes empresas não-financeiras sai de -0,9% em 2015 para 13,9% em 2018. Já no biênio 2019-20, essa taxa se mantém em torno de 8,5%.

No caso dos bancos, porém, a história é significativamente distinta. Como destaca Sicsú (2019, p. 37): “A recessão brasileira, diferentemente do que ocorreu em outros episódios de depressão, não foi provocada por um colapso do sistema financeiro. Muito pelo contrário, seu sistema financeiro se mostra sólido e lucrativo”. Notadamente, como ilustram as barras azul marinho do Gráfico 2, a lucratividade dos bancos não só não caiu em 2015, como se expandiu. Numa primeira leitura, esse resultado pode ser associado ao elevado patamar das taxas de juros, que permitiu que essas instituições auferissem maiores lucros de tesouraria e com empréstimos. Porém, é preciso investigar esta hipótese mais a fundo, uma vez que tanto receitas como despesas – por exemplo, com captação de depósitos a prazo – são afetadas pelo nível da taxa de juros.

Gráfico 2 – Taxa de lucro* média (%) – 500 maiores empresas (2014-2020)**



Fonte: Economática. * Retorno sobre patrimônio líquido. ** Empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

Para além da discussão dos efeitos da taxa de juros, chama atenção o fato de que a taxa de lucro dos bancos brasileiros é bastante resiliente a crises. Ela se mantém constantemente em patamares elevados e significativamente maiores que os alcançados por empresas não-financeiras no período analisado. Em outras

palavras: independentemente do cenário enfrentado, os grandes bancos brasileiros parecem ser sempre capazes de gerar lucros elevados.

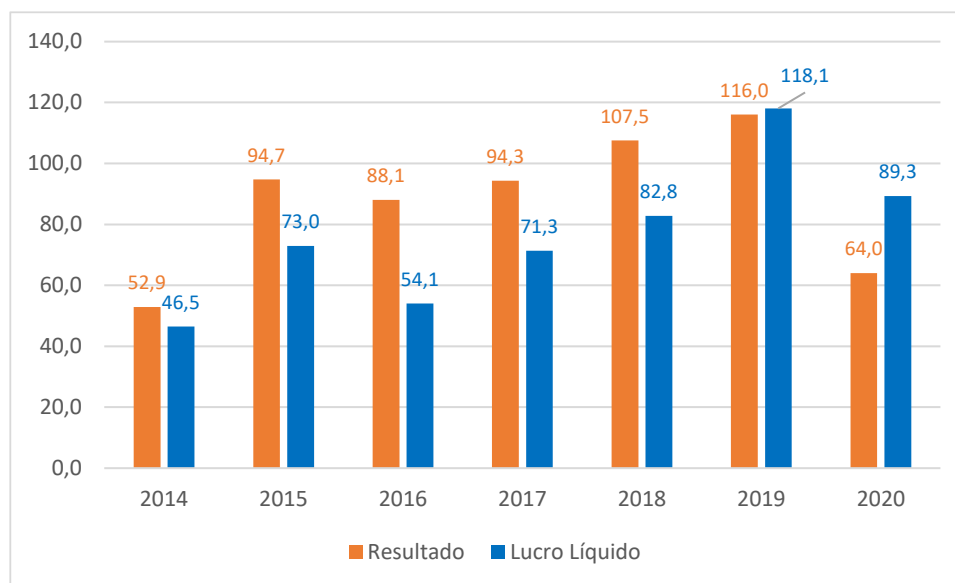
Para observar o comportamento dos lucros do setor bancário brasileiro, aí incluídos não só os grandes bancos, mas o conjunto do segmento, utilizamos as seguintes informações: compilou-se os dados dos demonstrativos de resultado dos bancos múltiplos (com carteira comercial) e dos bancos comerciais e caixas econômicas⁹, apurados a partir dos *conglomerados financeiros* dessas instituições, disponibilizados no sistema IF.Data do BCB¹⁰.

A despeito do contexto depressivo, o resultado antes da tributação do setor bancário brasileiro atingiu o patamar de R\$ 116,0 bilhões em 2019 – a preços de 2020, atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Gráfico 3 mostra um crescimento expressivo do resultado desde 2014, confirmando que a crise econômica de 2015-6 não foi sentida pelos bancos brasileiros da mesma forma que pelo setor não-financeiro.

⁹ Chamado Consolidado Bancário B1. O BNDES e os demais bancos de desenvolvimento não estão contemplados neste agregado e na análise aqui realizada, pois respondem a outros objetivos que não a expansão dos lucros.

¹⁰ Os dados do demonstrativo de resultado são disponibilizados trimestralmente. No primeiro trimestre e no quarto trimestre de cada ano, o IF.Data divulga os resultados trimestrais; já no segundo e quarto trimestres são divulgados os dados acumulados, respectivamente, no primeiro e no segundo semestre. Os dados foram, então, ajustados para acumular o total de cada ano, agregando o segundo e quarto trimestres.

Gráfico 3 – Resultado¹ e Lucro Líquido² do Setor Bancário (R\$ bilhões de 2020 atualizados pelo IPCA) (2014-2020)

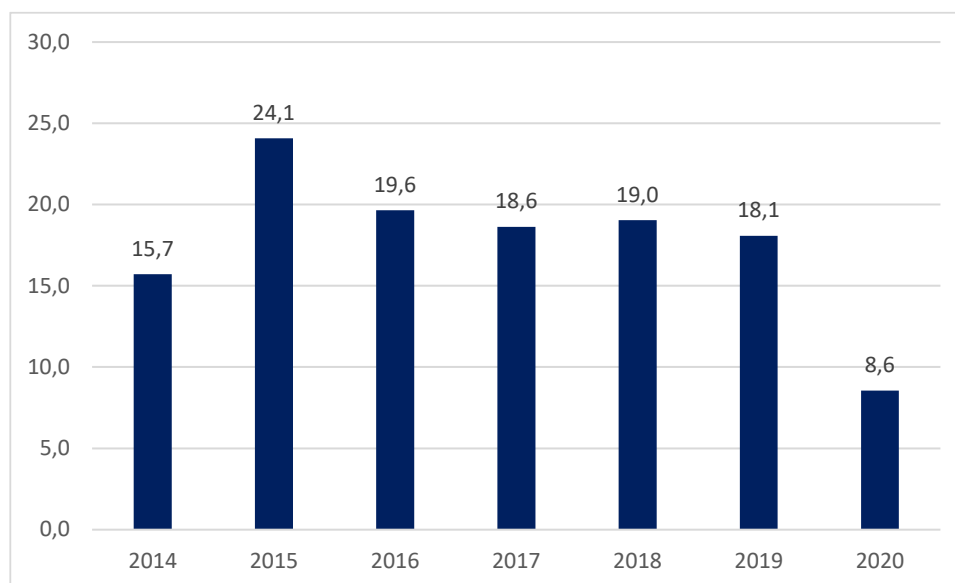


Fonte: IF.Data, BCB. ¹ Resultado antes da tributação, lucro e participação, dado pela soma dos resultados operacional e não operacional. ² Resultado descontados o Imposto de Renda e Contribuição Social e a Participação nos Lucros.

O ano de 2020 foi atípico devido à pandemia e à expansão significativa das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que afetaram diretamente o resultado contábil das instituições – a discrepância entre as séries de resultado e lucro líquido deve-se, em parte, aos créditos tributários originados pelo aumento das provisões¹¹.

A taxa de lucro mostrou-se resiliente nesse período, considerando a queda de 4,1% do PIB no período e o próprio comportamento da taxa de juros, que atingiu seu mínimo histórico no ano de 2020. Ainda que 2015 tenha sido o melhor ano da série, com 24,1% de taxa de lucro, o indicador se manteve ao redor de 19% nos anos seguintes, somente caindo no ano de 2020, em função da dinâmica da lucratividade explicitada no parágrafo anterior (Gráfico 4).

¹¹ As provisões para créditos de liquidação duvidosa afetam o resultado contábil dos bancos. Caso as provisões cresçam, refletindo um aumento do risco de crédito, os bancos são obrigados a destinar uma parcela de seus lucros ao atendimento dessas obrigações regulatórias. Porém, isso não altera o quanto as instituições devem de impostos. Conforme a regulação tributária brasileira, os bancos podem apurar créditos tributários presumidos, registrando-os em seu livro fiscal para quitar dívidas tributárias no futuro. Com isso, um aumento de provisões abate valores dos resultados operacional e não-operacional, mas ao apurar o lucro líquido, descontando os impostos, os créditos tributários eventualmente compensam as provisões. Ver lei nº 12.838, de 2013.

Gráfico 4 – Taxa de lucro¹ do Setor Bancário (%) (2014-2020)

Fonte: IF.Data, BCB. ¹ Razão entre o resultado antes da tributação, lucro e participação e o patrimônio líquido.

Ao considerar a taxa de lucro líquido, o nível do indicador cai alguns pontos percentuais do patrimônio líquido e o comportamento no período também se modifica. O ano que registra o maior valor da série é o de 2015 e a queda em função da pandemia em 2020 não é tão pronunciada – a taxa cai de 18,1% em 2019 para 8,6% (Tabela 2). É interessante notar que há uma discrepância entre o comportamento dessa taxa quando se compara os grandes bancos (classificados no segmento S1, referente às instituições consideradas sistemicamente importantes¹²) e os bancos de menor porte: os primeiros apresentam uma taxa de lucro líquido constantemente maior do que o restante das instituições – cerca de 3 p.p. nos últimos três anos.

¹² Conforme a Resolução nº 4.553, do Conselho Monetário Nacional, de 2017.

Tabela 2 – Lucro Líquido/PL (%) – Bancos Selecionados (2015-2020)

Instituição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BB	8,3	7,9	4,3	6,8	7,5	10,0	5,4
CEF	14,1	11,4	6,3	24,4	7,1	22,1	11,9
Bradesco	9,7	9,5	6,7	6,0	8,3	8,0	6,6
BTG Pactual	10,6	17,2	7,9	5,8	5,6	9,8	10,9
Itaú	10,0	9,8	7,5	7,2	8,4	9,2	7,5
Santander	2,1	4,3	5,2	8,3	9,7	10,3	9,6
Média S1	8,6	9,0	6,3	8,2	8,2	10,5	7,8
Média ex-S1	2,6	4,3	4,7	4,5	5,6	7,2	4,9
Bancos Total	7,2	8,0	6,0	7,5	7,6	9,7	7,1

Fonte: IF.Data, BCB.

Conclui-se que independentemente da recessão – ou depressão – pós-2015, os bancos brasileiros foram capazes de gerar resultados relevantes e manter um elevado patamar de lucratividade quando comparados ao restante da economia. Essa resiliência reflete uma dinâmica específica das receitas auferidas e das despesas realizadas pelos bancos. A análise das receitas e despesas agregadas, porém, revela um comportamento errático dessas variáveis no período. As receitas, por exemplo, crescem entre 2015 e 2016, caem entre 2016 e 2018 e depois voltam a subir em 2019, para cair novamente em 2020; já as despesas crescem de 2015 a 2016, mas depois caem continuamente entre 2016 e 2019, voltando a subir em 2020.

Como estratégia de análise deixaremos de lado os dados agregados de receitas e despesas e iremos dedicar nossos esforços a detalhar o comportamento dos diferentes componentes das demonstrações de resultado. A seção 3 tratará do resultado de intermediação financeira, ao passo que a seção 4 abordará o comportamento das receitas de tarifas e serviços e das despesas operacionais dos bancos múltiplos e comerciais.

3. Intermediação financeira

A Tabela 3 detalha a evolução dos principais determinantes do resultado de intermediação financeira. É possível observar certa persistência do resultado gerado pelos bancos ao longo do período 2015-2020, com uma queda pronunciada somente neste último ano, devido às circunstâncias excepcionais da pandemia de covid-19. A média móvel de cinco anos do resultado, que suaviza a volatilidade

anual dessa estatística, se expande de forma contínua no período, até registrar uma queda em 2020.

As receitas de intermediação financeira, suavizadas pela média móvel, se expandem mesmo com a queda da taxa de juros. Entretanto, a trajetória de crescimento real não indica um comportamento uniforme no período analisado. Se abrirmos os componentes dessas receitas observa-se que as principais rubricas são as rendas de operações de crédito e as rendas de operações com títulos e valores mobiliários (TVM), que juntas representam mais de 90% do total de receitas em todo o período – as demais rubricas, portanto, são residuais para a compreensão do resultado.

Tabela 3 – Detalhamento do Resultado de Intermediação Financeira do Setor Bancário Agregado

Ano	Receitas de Intermediação Financeira							Despesas de Intermediação Financeira						Resultado de Intermediação Financeira
	Crédito	Arrendamento Mercantil	TVM	Derivativos	Operações de Câmbio	Aplicações Compulsórias	Subtotal	Captação	Obrigações por Empréstimos e Repasses	Arrendamento Mercantil	Operações de Câmbio	Resultado de PCDL	Subtotal	
Valores Correntes (R\$ bilhões)														
2015	439,0	7,3	206,5	-12,0	22,6	23,6	687,0	-297,9	-100,0	-5,9	-0,8	-91,7	-496,2	190,8
2016	473,1	11,2	311,2	13,5	23,5	41,9	874,4	-499,2	-52,1	-9,8	-6,3	-126,4	-693,8	180,6
2017	443,9	8,3	251,9	4,1	12,3	34,6	755,1	-381,2	-54,6	-7,5	-0,01	-110,5	-553,7	201,4
2018	439,0	7,3	206,5	-12,0	22,6	23,6	687,0	-297,9	-100,0	-5,9	-0,8	-91,7	-496,2	190,8
2019	444,8	6,4	220,9	-5,9	16,7	23,6	706,6	-282,6	-72,5	-4,9	-1,4	-103,8	-465,2	241,3
2020	457,4	5,9	181,9	-17,7	39,2	12,4	679,0	-223,0	-203,7	-4,4	-16,9	-123,7	-571,7	107,4
Preços constantes de 2020 (IPCA) (R\$ bilhões)														
2015	354,7	5,9	166,8	-9,7	18,2	19,1	555,1	-240,7	-80,8	-4,7	-0,6	-74,1	-400,9	154,2
2016	406,3	9,6	267,3	11,6	20,1	36,0	750,9	-428,7	-44,8	-8,4	-5,4	-108,5	-595,8	155,1
2017	392,4	7,3	222,7	3,6	10,9	30,6	667,6	-337,0	-48,3	-6,6	-0,01	-97,7	-489,5	178,0
2018	402,6	6,7	189,4	-11,0	20,7	21,7	630,1	-273,2	-91,7	-5,4	-0,7	-84,1	-455,1	175,0
2019	425,6	6,1	211,4	-5,6	15,9	22,6	676,0	-270,4	-69,3	-4,7	-1,3	-99,3	-445,1	230,9
2020	457,4	5,9	181,9	-17,7	39,2	12,4	679,0	-223,0	-203,7	-4,4	-16,9	-123,7	-571,7	107,4
Média Móvel 5 anos (R\$ bilhões correntes)														
2015	344,3	29,0	163,5	-2,1	14,4	25,3	574,4	-262,4	-57,9	-26,2	-1,5	-83,5	-431,5	142,8
2016	384,7	22,2	200,5	0,8	16,7	27,6	652,5	-318,0	-61,3	-20,4	-2,4	-95,3	-497,3	155,2
2017	417,4	16,1	224,9	2,8	17,3	30,5	708,9	-354,6	-65,9	-14,8	-2,2	-101,2	-538,7	170,2
2018	437,7	11,2	236,6	-0,2	19,3	30,7	735,3	-364,4	-75,7	-9,9	-2,2	-102,2	-554,3	181,0
2019	448,0	8,1	239,4	-2,5	19,5	29,5	742,0	-351,8	-75,8	-6,8	-1,8	-104,8	-541,0	201,0
2020	451,6	7,8	234,5	-3,6	22,8	27,2	740,4	-336,8	-96,6	-6,5	-5,1	-111,2	-556,1	184,3
Taxa de Crescimento Real (Δ% a.a.)														
2015	23,5%	-62,9%	10,6%	-344,4%	60,4%	-12,5%	13,0%	-4,6%	54,2%	-68,1%	-72,9%	11,5%	3,3%	49,6%
2016	14,6%	62,6%	60,2%	-219,0%	10,5%	88,4%	35,3%	78,1%	-44,6%	77,8%	775,9%	46,5%	48,6%	0,6%
2017	-3,4%	-24,0%	-16,7%	-68,6%	-46,0%	-15,0%	-11,1%	-21,4%	7,8%	-21,7%	-99,8%	-10,0%	-17,8%	14,8%
2018	2,6%	-8,2%	-14,9%	-403,5%	90,4%	-29,1%	-5,6%	-18,9%	90,0%	-18,5%	5599,4%	-13,9%	-7,0%	-1,7%
2019	5,7%	-9,4%	11,6%	-49,2%	-23,0%	4,3%	7,3%	-1,0%	-24,4%	-13,4%	93,4%	18,2%	-2,2%	31,9%
2020	7,5%	-4,0%	-14,0%	214,9%	146,0%	-45,2%	0,5%	-17,5%	193,8%	-5,6%	1158,6%	24,5%	28,4%	-53,5%

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do IF.Data, BCB.

Porém não devemos negligenciar os efeitos que a taxa de juros também teve sobre as despesas de intermediação. Muito embora a média móvel de cinco anos indique uma expansão dessas despesas, o comportamento anual a preços constantes mostra outra imagem, com uma trajetória recorrente de queda no volume de despesas até 2019. O ano de 2020 foi exceção, assim como no caso das receitas, devido à pandemia.

Os custos de captação dos bancos caíram substancialmente nos últimos anos, acompanhando o processo de redução da taxa básica de juros. A preços de 2020, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os custos de captação saíram de R\$ 500 bilhões em 2016 para R\$ 223 bilhões em 2020. A sensibilidade dessa variável à taxa de juros é notável e será analisada com mais detalhes adiante.

Outras rubricas de despesas, porém, também foram importantes para influenciar a trajetória desse agregado, especialmente, em 2020. Além dos custos de captação, os grupos despesas por obrigação de empréstimos e repasses e o resultado de Provisões para Créditos de Difícil Liquidação (PCDL) são importantes para a compreensão do quadro completo.

Na maior parte do período 2015-2020, as despesas por obrigações e com PCDL se mantiveram controladas, seja a preços constantes ou correntes. Em 2020, porém, registra-se um aumento expressivo de ambas as rubricas. No primeiro caso, o aumento das despesas pode ser associado ao suporte de liquidez que o BCB forneceu às instituições financeiras na fase mais aguda da crise da pandemia. Às linhas temporárias especiais de liquidez podem ser associadas despesas extraordinárias, que descolam completamente do comportamento pregresso das despesas por obrigações. Já no caso das provisões, a piora na percepção em relação ao risco de crédito durante a pandemia levou a uma expansão significativa dos colchões mantidos pelos bancos, o que ampliou as despesas e impactou negativamente o resultado de intermediação. Isso indica que, uma vez superados os efeitos imediatos da pandemia sobre o balanço das instituições, deve haver uma normalização dessas despesas, com efeitos potencialmente favoráveis à lucratividade dos bancos.

Nas próximas subseções detalharemos as nuances dos processos aqui descritos, de modo a compreender os condicionantes da evolução da elevada taxa de lucro auferida pelos bancos no Brasil.

3.1 O comportamento do saldo e das receitas de crédito

O primeiro fator a ser observado é a ocorrência de uma queda significativa dos saldos reais dos créditos ofertados pelos bancos comerciais e múltiplos. O saldo do crédito concedido pelos bancos em relação ao PIB apresentou forte queda no ano de 2016, caracterizando uma reversão da tendência marcante que havia sido observada na economia desde meados dos anos 2000 (Oliveira; Wolf, 2016). A participação no PIB do crédito concedido pelos bancos, que era de 54,3% em 2015, caiu para 47,2% em 2016 e para 43,9% em 2018. O indicador chegou a subir um pouco, atingindo 45,0% em 2019, mas é somente em 2020 que a participação vai apresentar um crescimento mais significativo (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução do Saldo de Crédito (2015-2020)

	Pessoa Física				Pessoa Jurídica				Total
	Bancos Públicos	Bancos Privados	Estran-geiros	Sub-total	Bancos Públicos	Bancos Privados	Estran-geiros	Sub-total	
Estoque (R\$ milhares)									
2015	816,6	539,0	215,5	1.571,1	636,1	785,6	265,7	1.687,4	3.258,6
2016	845,8	493,9	163,2	1.503,0	549,0	712,3	195,2	1.456,5	2.959,5
2017	881,3	527,0	182,1	1.590,3	496,6	647,4	187,4	1.331,4	2.921,7
2018	912,4	589,9	208,9	1.711,3	468,5	687,7	206,0	1.362,2	3.073,5
2019	968,0	682,2	237,7	1.887,9	404,2	799,7	233,0	1.436,9	3.324,9
2020	1.062,2	785,4	269,8	2.117,5	471,6	959,7	306,0	1.737,2	3.854,7
% do PIB									
2015	13,6%	9,0%	3,6%	26,2%	10,6%	13,1%	4,4%	28,1%	54,3%
2016	13,5%	7,9%	2,6%	24,0%	8,8%	11,4%	3,1%	23,2%	47,2%
2017	13,4%	8,0%	2,8%	24,1%	7,5%	9,8%	2,8%	20,2%	44,4%
2018	13,0%	8,4%	3,0%	24,4%	6,7%	9,8%	2,9%	19,4%	43,9%
2019	13,1%	9,2%	3,2%	25,6%	5,5%	10,8%	3,2%	19,4%	45,0%
2020	14,2%	10,5%	3,6%	28,4%	6,3%	12,9%	4,1%	23,3%	51,6%
% do Total									
2015	25,1%	16,5%	6,6%	48,2%	19,5%	24,1%	8,2%	51,8%	100,0%
2016	28,6%	16,7%	5,5%	50,8%	18,6%	24,1%	6,6%	49,2%	100,0%
2017	30,2%	18,0%	6,2%	54,4%	17,0%	22,2%	6,4%	45,6%	100,0%
2018	29,7%	19,2%	6,8%	55,7%	15,2%	22,4%	6,7%	44,3%	100,0%
2019	29,1%	20,5%	7,1%	56,8%	12,2%	24,1%	7,0%	43,2%	100,0%
2020	27,6%	20,4%	7,0%	54,9%	12,2%	24,9%	7,9%	45,1%	100,0%

Fonte: elaboração a partir de dados do IBGE e do BCB, IF.Data. Consolidado Bancário b1.

A queda do indicador em 2016 se deve ao comportamento do crédito às empresas, que se reduz de 28,1% do PIB, em 2015, para 23,2%, em 2016¹³. Este indicador cai ainda mais um pouco nos anos posteriores, chegando a 19,4% em 2018, o que pode ser associado à ausência de dinamismo da economia no período. O crédito concedido às famílias apresenta comportamento distinto: após uma queda relativa ao PIB entre 2015 e 2016, os volumes emprestados passam a crescer mais rápido que a economia, até alcançar 25,6% do PIB, em 2019. Por fim, a recuperação da participação do crédito no PIB no ano de 2020 se explica pelo crescimento dos dois grupos, ainda que esse resultado tenha ocorrido numa conjuntura de retração do PIB.

Em decorrência do comportamento diferenciado dos dois grupos, altera-se a composição do crédito bancário por cliente final. Em 2015, havia uma predominância do crédito concedido pelos bancos às pessoas jurídicas – 51,8% do total. Contudo, a partir de 2016 é o crédito à pessoa física que passa a ter maior participação. Ele alcança, em 2019, 56,8% do saldo total de crédito. É somente em 2020 que é possível observar uma recuperação da participação do crédito direcionado às empresas, mas sem suplantar as somas direcionadas às famílias, que predominam com 54,9% do total dos saldos contratados.

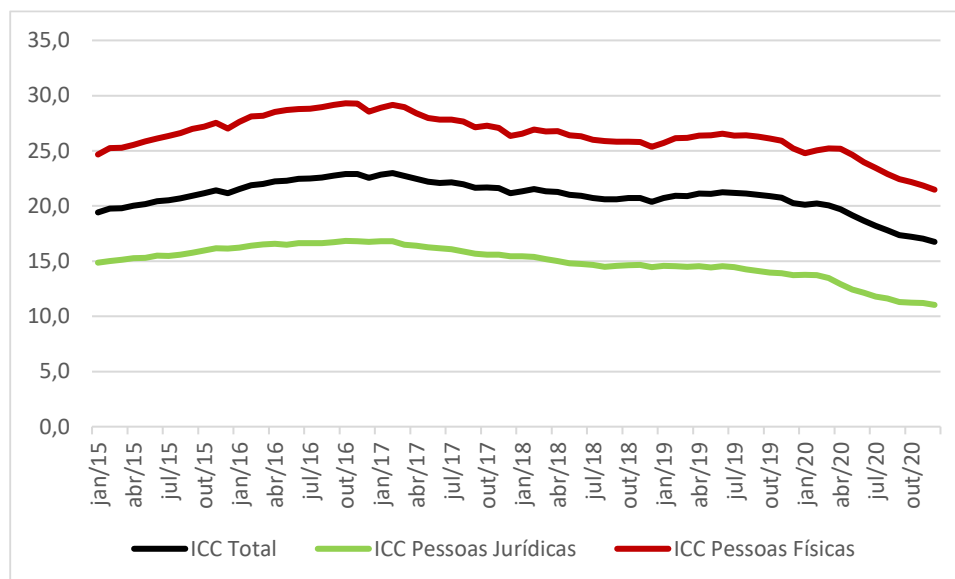
A Tabela 4 traz também a participação no PIB do crédito concedido por tipo de cliente final – empresas e famílias – de acordo com o controle de capital da instituição. É possível observar que os bancos públicos possuem uma participação maior no total do crédito concedido à pessoa física, ao passo que os bancos privados apresentam uma participação maior no crédito à pessoa jurídica. Essa divisão, na verdade, foi intensificada no período: não há grandes alterações na distribuição entre instituições públicas e privadas no caso das pessoas físicas; já para pessoas jurídicas é possível verificar uma tendência de queda da participação dos bancos públicos ao longo do período – de 10,6% para 6,3% do PIB, entre 2015 e 2020 –, o que resultou numa participação ainda menor do que a do período anterior. Para os bancos com controle estrangeiro, a distribuição do crédito por cliente final mantém-se praticamente sem alteração no período.

¹³ Há também importantes mudanças associadas ao redimensionamento das instituições financeiras públicas no mercado de crédito corporativo. Os dados aqui analisados não tratam do desmonte do BNDES, mas é possível observar tendência semelhante no crédito público destinados às pessoas jurídicas.

A alteração da composição do crédito por cliente final em favor das pessoas físicas foi importante para contrabalançar os efeitos da queda do crédito às empresas sobre as receitas de intermediação. Em primeiro lugar, porque o saldo das operações com pessoas físicas apresentou um comportamento mais estável, impedindo uma contração ainda maior do volume de crédito. Em segundo lugar, essa mudança de perfil do crédito gerou um importante efeito sobre o retorno médio das operações, visto que a carteira voltada às famílias é muito mais lucrativa, devido às maiores taxas de juros cobradas.

De fato, há uma diferença significativa entre as taxas cobradas de famílias e empresas. Verifica-se que os juros médios dos empréstimos às pessoas físicas são mais elevados do que os juros cobrados nas operações com pessoas jurídicas (Gráfico 6). De acordo com as informações do BCB, o Indicador do Custo do Crédito (ICC), que é a média do custo dos créditos em curso, atingiu no tocante às empresas o pico de 17% no início de 2017, caindo para 11%, no final de 2020; no caso do crédito às famílias o indicador foi de 29% e 21%, respectivamente.

Gráfico 6 - Indicador de Custo do Crédito (% a.a.) (2015-2020)

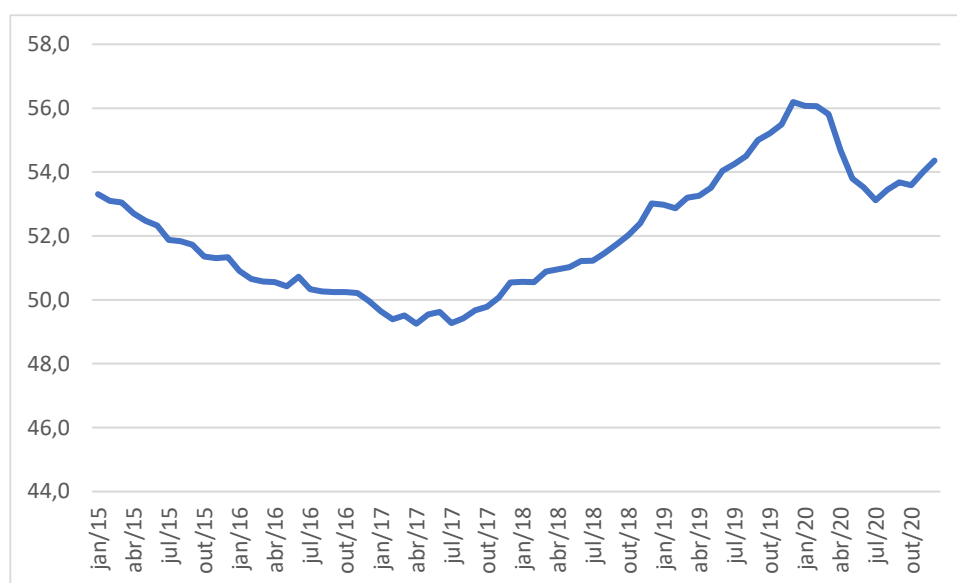


Fonte: BCB.

Além dos fatores acima mencionados, cabe ressaltar que o efeito da queda na taxa básica de juros sobre as receitas das operações de crédito é tão mais lento quanto maior é a parcela de empréstimos contratados com taxas de juros prefixadas. Por conseguinte, um eventual efeito negativo da redução dos juros vai depender

também do ciclo de renovação da carteira de crédito: o reflexo de taxas de juros cada vez mais baixas nos contratos de crédito se dá à medida em que vai ocorrendo o processo de extinção, renovação ou renegociação dos créditos. Ainda que o percentual das operações prefixadas tenha caído entre 2015 e 2017, na maior parte do período analisado elas representam mais da metade dos empréstimos contratados (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Participação das Operações Prefixadas no Total da Carteira de Crédito (%) (2015-2020)



Fonte: SCR.data, BCB.

Ou seja, a evolução das receitas de crédito teve um desempenho relativo melhor do que as receitas de títulos e valores mobiliários em decorrência dos fatos acima descritos. O comportamento errático das receitas totais de intermediação, porém, ainda respondeu ao decréscimo na taxa de juros básica. A questão então é compreender o que explicaria que os resultados de intermediação apresentaram uma trajetória descolada de suas fontes de receitas. Na verdade, a resposta a essa questão requer que complementemos a análise com o comportamento das despesas de intermediação.

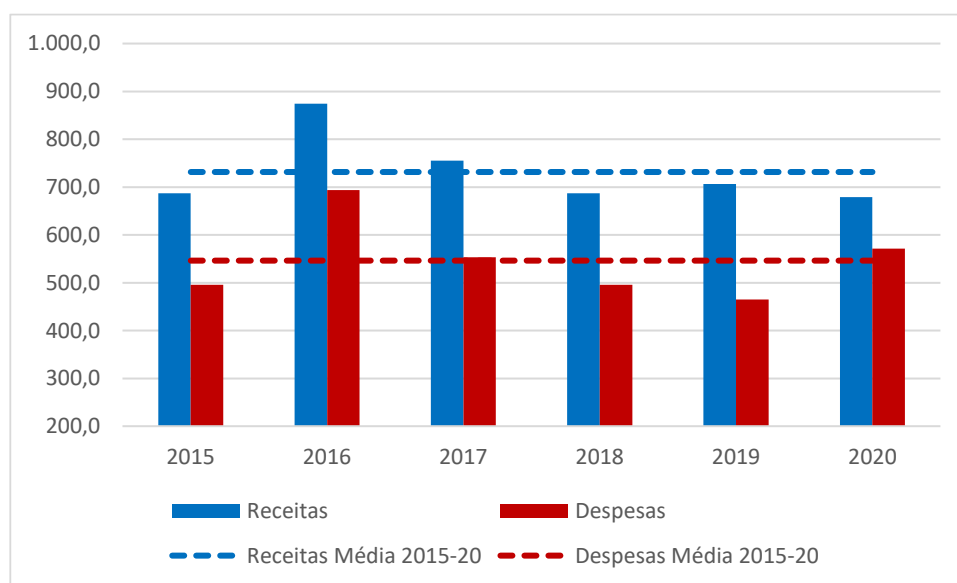
3.2 Comportamento dos custos de captação e o Resultado de Intermediação Financeira

Carvalho (1993, p. 120) argumenta que “os bancos não devem apenas fazer escolhas com relação a suas aplicações, mas também com relação a suas fontes de recursos”. Nesse sentido, as instituições financeiras adotam uma atitude ativa e dinâmica no gerenciamento de suas obrigações e dos seus custos de captação:

mais do que receber passivamente os recursos de acordo com as escolhas realizadas pelo público, os bancos procuram interferir nessas escolhas das mais diferenciadas formas, promovendo alterações em suas obrigações para que possam aproveitar-se de possíveis oportunidades de lucro (Paula, 2014, p. 41).

De acordo com os dados das demonstrações de resultado, verifica-se que as despesas de intermediação financeira apresentaram, na maior parte do período analisado neste trabalho, quedas ainda mais expressivas que as apresentadas pelas receitas de intermediação. Isso resulta da forte queda das despesas de captação dos bancos a partir de 2016, o que, à exceção de 2020, se soma a uma redução das provisões para devedores duvidosos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Receitas e Despesas de Intermediação (R\$ Bilhões) (2015-2020)



Fonte: BCB, IF.Data.

No caso brasileiro, as captações dos bancos no mercado interno se concentram significativamente no curto prazo, em passivos de liquidez imediata,

notadamente depósitos à vista, depósitos de poupança e outras captações com liquidez imediata, como operações compromissadas de 1 dia (Tabela 5).

Nos mercados interbancários, que respondem pelas outras captações com baixíssima maturidade, as despesas que as instituições incorrem para angariar recursos são atreladas ao comportamento da taxa Selic, no caso das operações compromissadas, ou indexadas à taxa dos depósitos interfinanceiros. Com isso, as operações do lado do passivo bancário são capazes de refletir de forma mais tempestiva o efeito da queda da taxa básica de juros. Em outras palavras, os juros pagos pelos bancos nas operações de captação são mais sensíveis ao comportamento das taxas de curto prazo.

Assim, é importante frisar que o benefício trazido pela queda na taxa de captação, em grande medida, revela, uma outra característica que pareceu relevante da atuação dessas instituições: a capacidade de ajustar rapidamente – ou mesmo automaticamente no caso de operações diretamente indexadas – as taxas que são pagas àqueles que lhes emprestam recursos num contexto de queda da taxa básica de juros.

Tabela 5 – Perfil das captações internas (% sobre o total) (2015-2020)

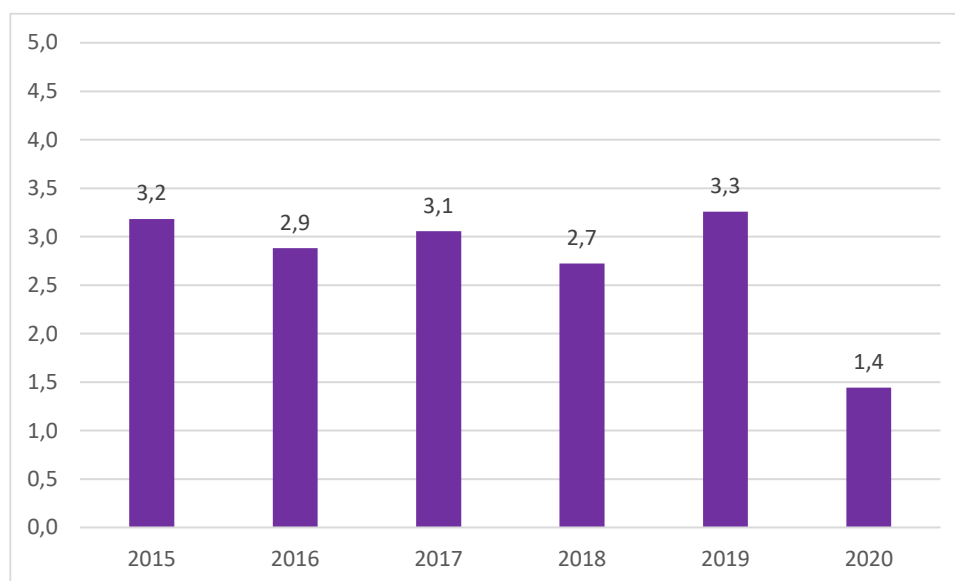
	Depósitos à vista	Depósitos judiciais	Depósitos poupança	Outras c/ liquidez imediata	Vencimento de 1 a 30 dias	Venc. de 30 dias a 1 ano	Venc. superior a 1 ano
jun/15	5,5%	6,8%	24,3%	26,0%	2,3%	12,2%	22,8%
dez/15	5,3%	6,5%	23,5%	26,4%	2,9%	13,6%	21,9%
jun/16	4,8%	6,7%	22,7%	27,4%	3,1%	15,2%	20,1%
dez/16	5,3%	7,0%	23,0%	27,0%	3,0%	15,3%	19,5%
jun/17	4,8%	7,7%	23,5%	24,8%	2,9%	16,8%	19,5%
dez/17	5,5%	7,0%	25,2%	23,2%	2,8%	16,9%	19,3%
jun/18	5,1%	7,7%	25,4%	22,3%	3,3%	14,6%	21,6%
dez/18	5,3%	7,4%	26,4%	22,5%	3,0%	13,2%	22,1%
jun/19	4,9%	8,5%	26,2%	22,5%	2,8%	14,1%	21,1%
dez/19	5,8%	7,8%	26,4%	22,1%	3,3%	14,0%	20,5%
jun/20	5,8%	7,5%	25,3%	27,8%	3,5%	12,6%	17,6%
dez/20	6,7%	6,7%	25,9%	28,6%	2,9%	13,1%	16,0%

Fonte: BCB, Relatório de Estabilidade Financeira.

É possível verificar que, num período marcado pela experiência inédita de uma trajetória sistemática e significativa de queda na taxa de juros, ao contrário do que se poderia esperar, as instituições bancárias não tiveram dificuldade para

sustentar o resultado de intermediação financeira. Esse montante, que resulta dos juros recebidos menos os juros pagos por essas instituições, se manteve, na maior parte do período, ao redor de 3% do PIB (Gráfico 9) – o ano de 2020 é uma exceção devido à pandemia.

Gráfico 9 – Resultado de Intermediação/PIB (%) (2015-2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do IF.Data, BCB.

Esses resultados apontam para o entendimento de que o setor pôde contar com a interação de vários fatores que permitiram arrefecer o ritmo de queda das receitas de juros, assim como, também, garantiram um ritmo mais acelerado de queda dos juros pagos nas operações passivas.

O crédito à pessoa física destaca-se como fator fundamental para o volume e retorno das operações de crédito no período demonstrando a relevância de compreendermos melhor os determinantes do processo de endividamento das famílias no Brasil recente. A ampliação das dívidas das famílias vem se mostrando resiliente mesmo com a recessão econômica. Ademais, à luz da experiência dos últimos cinco anos, a estabilidade dos resultados de intermediação do setor bancário parece depender menos da existência de elevadas taxas de juros básicas na economia.

Portanto, como indicado anteriormente, os estudos que enfocam na relação entre comportamento das taxas de retorno das operações ativas vis-à-vis as taxas de

captação das operações passivas podem ser promissores, inclusive para a discussão dos determinantes do próprio tamanho da margem, que é um fator estrutural e que merecerá uma investigação mais detalhada.

3.3 Margem de juros

Uma outra forma de ver a interação dos dois processos mencionados acima é pelo cálculo do indicador denominado margem de crédito, apresentado pelo BCB. Ele permite observar especificamente, de um lado, a relação entre o retorno efetivo auferido pelas operações de empréstimos e, do outro, o custo de captação dos recursos necessários a esses financiamentos¹⁴. A margem de crédito bruta, ou margem de juros é, assim, o percentual que resulta da taxa de retorno obtida na concessão de crédito deduzido do custo da captação de recursos, ambos calculados em relação ao estoque total de crédito.

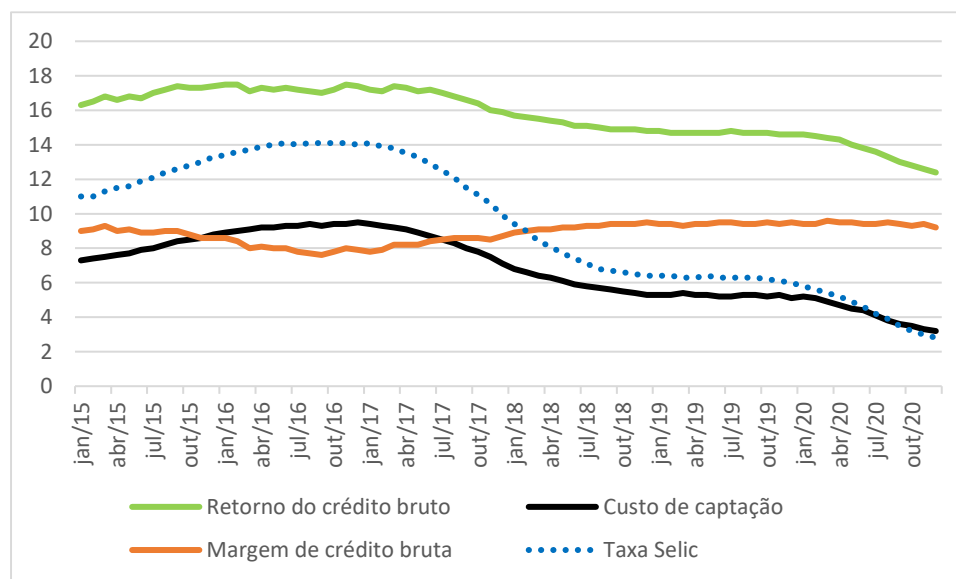
Pelos motivos já apresentados, a taxa de retorno do crédito cai mais claramente desde março de 2017 e mantém essa tendência até dezembro de 2020. No entanto, conforme demonstram os cálculos do BCB, a margem de juros sobe, mais claramente de junho de 2017 até agosto de 2018, e mantém-se relativamente estável desde então, conforme demonstra o Gráfico 10.

Na verdade, é possível verificar duas fases: (i) ampliação da margem, que resulta exatamente da queda mais acelerada do custo de captação de meados de 2017 a meados de 2018; e (ii) estabilidade da margem, a partir do segundo semestre de 2018, que resulta de uma queda da taxa de captação de maneira mais compatível ao ritmo da queda da taxa de retorno¹⁵.

¹⁴ A metodologia de cálculo é apresentada no Relatório de Economia Bancária de 2018.

¹⁵ Para a margem de crédito líquida, na qual se deduzem também as provisões, o comportamento é semelhante ao evidenciado pela margem bruta.

Gráfico 10 - Margem de crédito, Retorno do crédito, Custo de captação e Taxa Selic (% a.a.) (2015-2020)



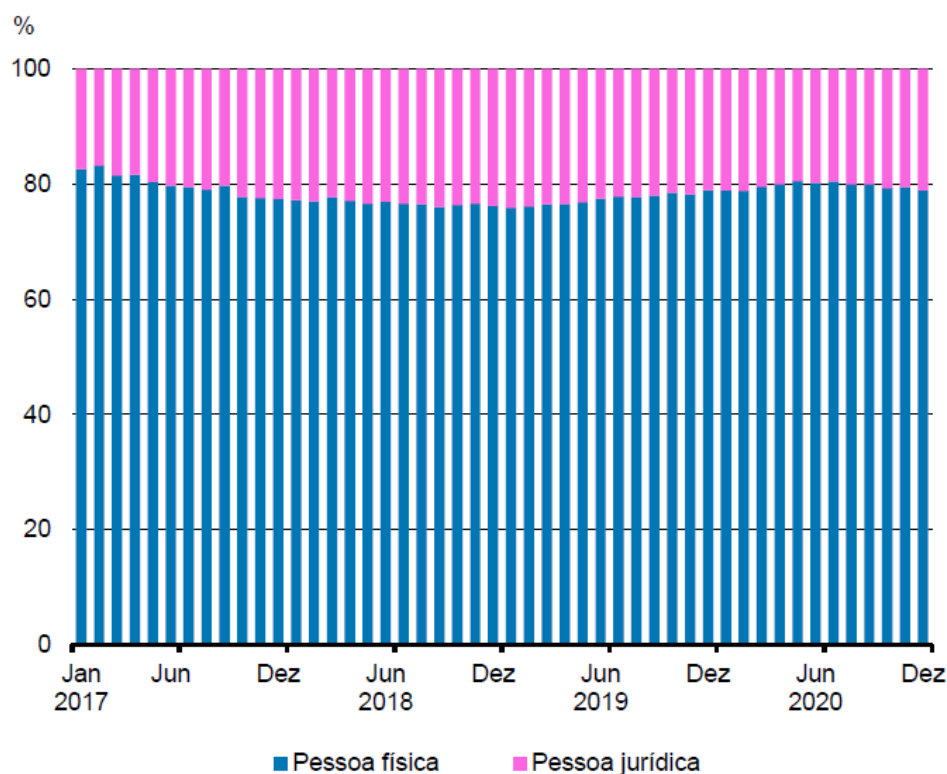
Fonte: BCB, Relatório de Estabilidade Financeira, abril de 2021.

A importância da mudança na composição do perfil do cliente final do crédito também pode ser observada por meio do comportamento do indicador margem de crédito. Conforme demonstrado na Figura 1, a contribuição para a conformação da margem de crédito por tipo de cliente final revela uma contribuição muito maior do crédito à pessoa física em comparação à contribuição do crédito às empresas.

Já se considerarmos a margem de juros total do setor bancário, que também leva em conta o retorno com títulos e valores mobiliários é possível verificar a estabilidade da margem para a maior parte do período analisado, conforme demonstrado no Gráfico 11. Esse comportamento reflete a queda das receitas de juros em investimentos e operações de tesouraria, que puxam para baixo o indicador.

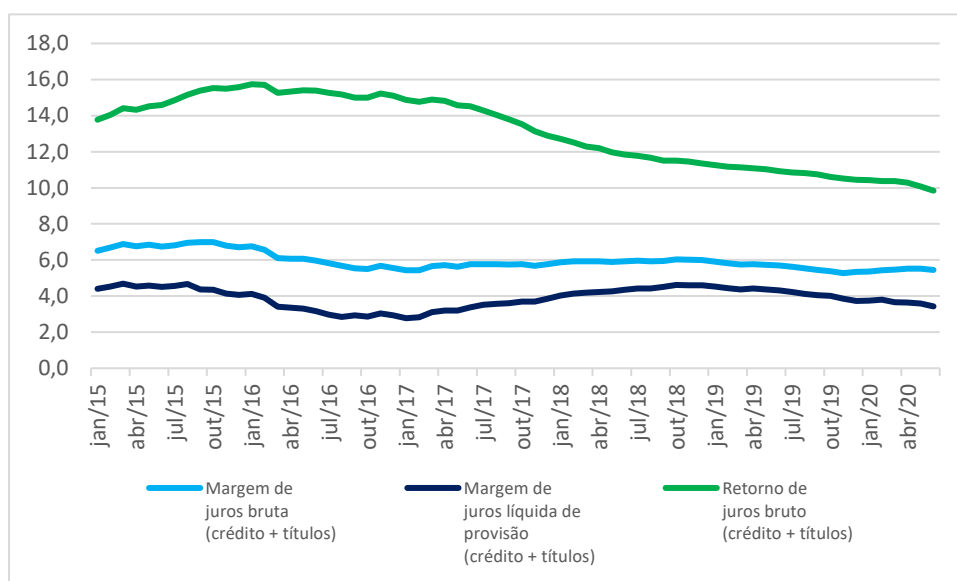
Em suma, a queda nas taxas de juros fez cair as receitas de juros dos bancos, mas, por outro lado, também fez com que caíssem as despesas de juros. O resultado, portanto, foi a manutenção de uma relativa estabilidade da margem de juros, fator determinante para a variação positiva no resultado de intermediação que discutimos anteriormente.

Figura 1 – Margem Líquida de Crédito: Pessoa Física x Pessoa Jurídica (2017-2020)



Fonte: BCB, Relatório de Economia Bancária 2020. O BCB não disponibiliza as informações em formato editável.

Gráfico 11 – Margem de juros (2015-2020)



Fonte: BCB, Relatório de Estabilidade Financeira, outubro de 2020.

4. Taxas, tarifas e prestação de serviços

Para melhor compreender a resiliência da taxa de lucro dos bancos brasileiros é necessário analisar não só os resultados de intermediação, mas também avaliar se e como essas instituições são capazes de diversificar suas fontes de receita. A literatura favorece a interpretação de que não é possível verificar empiricamente o sucesso de estratégias de diversificação na direção de rendimentos fora da dinâmica de intermediação (*non-interest income*) em reduzir a volatilidade das receitas e lucros dos bancos (Stiroh, 2004). Os dados indicam que as tarifas e taxas cobradas por serviços financeiros tendem a ser correlacionadas com as margens líquidas de juros, o que, inclusive, ajuda a compreender a concentração em modelos de negócios pautados na intermediação financeira no período pós-crise de 2008 (Roengpitya *et al.*, 2017).

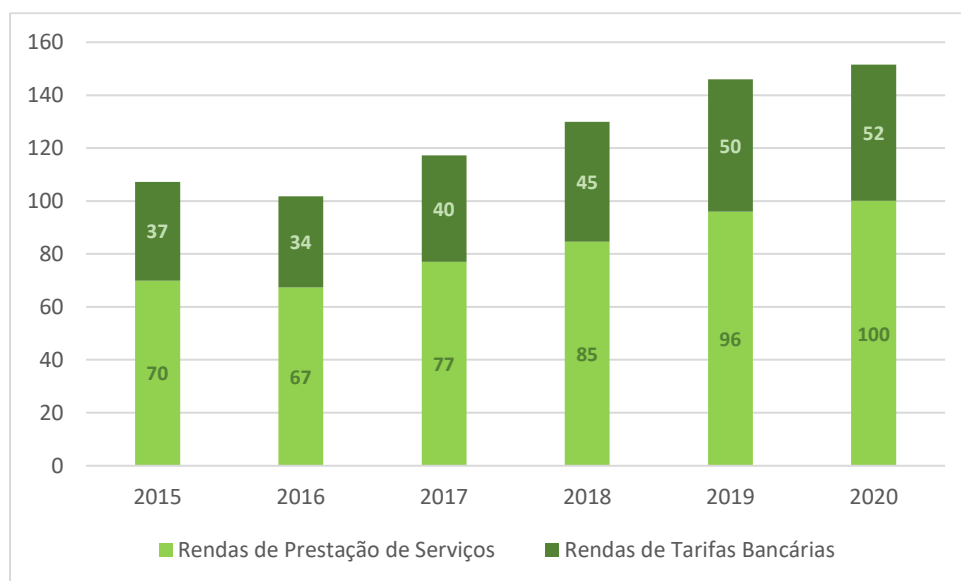
Porém, a experiência brasileira não corrobora esta interpretação. No passado, em especial, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, as receitas com prestações de serviços e tarifas serviram como uma forma de compensar a perda das receitas inflacionárias durante o processo de reestruturação do sistema financeiro brasileiro (IBGE; ANBIMA, 1997; DIEESE, 2006). Já no início da década de 2010, essas receitas surgiram como uma alternativa a ser explorada pelos bancos privados para fazer frente ao acirramento da competição dos bancos públicos e à redução da taxa de juros no primeiro mandato de Dilma Rousseff (Costa; Pinto, 2013), sendo também relevantes para explicar as margens auferidas pelos bancos (Almeida; Divino, 2015). E, vale lembrar, ainda, que se inicia em 2003 um forte processo de bancarização denotando a inserção de parcela importante da população como usuária de serviços bancários – e, portanto, como potencial fonte de receitas de tarifas e serviços para as instituições.

Em outras palavras, em momentos anteriores, os bancos brasileiros já tiveram como estratégia recompor ou fomentar suas receitas por meio do aumento de tarifas ou do custo de prestação de serviços. Seria o caso, portanto, de investigar se essa possibilidade ainda se coloca para essas instituições, especialmente, quando consideramos o novo contexto concorrencial, com a entrada das *fintechs* e com o início do funcionamento do sistema de pagamentos instantâneo Pix em 2020.

O Gráfico 12 mostra a evolução das rendas de tarifas e de prestação de serviços auferidas pelo setor bancário brasileiro de 2015 a 2020, a preços constantes deste último ano. No período, essas receitas se expandem de R\$ 107 bilhões em

2015 a R\$ 152 bilhões em 2020, apresentando um crescimento praticamente contínuo – só há uma leve queda entre 2015 e 2016. Em ambos os subgrupos, o volume de rendas dobra no período de análise. As rendas de prestação de serviços respondem pela maior parte dessas receitas, com uma divisão de cerca de dois terços das rendas advindo da prestação de serviços e o terço restante dos ganhos com tarifas.

Gráfico 12 – Rendas de Tarifas e Serviços do Setor Bancário (R\$ bilhões de 2020 atualizados pelo IPCA) (2015-2020)



Fonte: IF.Data, BCB.

O ritmo de crescimento dessas rendas, porém, não é homogêneo entre os dois grupos (Gráfico 13). Enquanto as receitas com serviços parecem apresentar um ritmo de crescimento um pouco mais sustentado, em termos reais, as rendas de tarifas apresentam uma trajetória de redução no seu ritmo de crescimento desde 2017, agravada pela crise da covid-19. Obviamente, as rendas de serviços também foram impactadas pela pandemia, mas respondem a uma dinâmica diferente, com a diversificação da oferta de serviços¹⁶ permitindo uma maior sustentação dessas receitas.

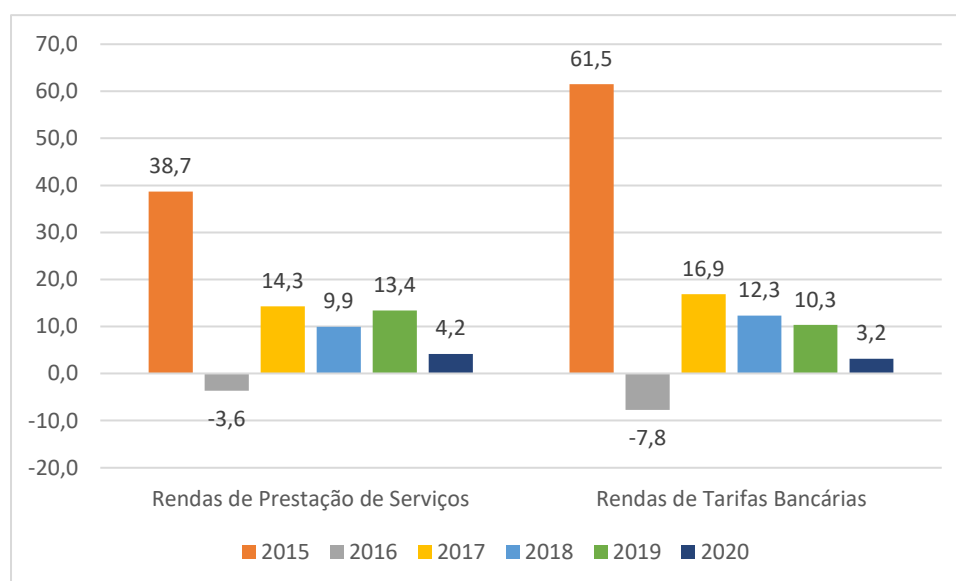
No período de interesse deste artigo, as rendas de tarifas e serviços ganharam maior peso quando comparadas às receitas de intermediação (Gráfico 14). Em

¹⁶ Incluem rendas de administração de fundos de investimento, assessoria técnica, cobrança, comissões de colocações de títulos, corretagem, serviços de custódia, pacotes de serviços etc.

2014, essas rendas representavam 15,2% de todas as receitas de intermediação e passaram a representar, em 2020, 22,3% – um aumento de 7,1 pontos percentuais. Isso indica que a busca de rentabilidade pelos bancos não negligencia essas receitas, muito embora elas tenham menor peso relativo no total de receitas auferidas pelas instituições.

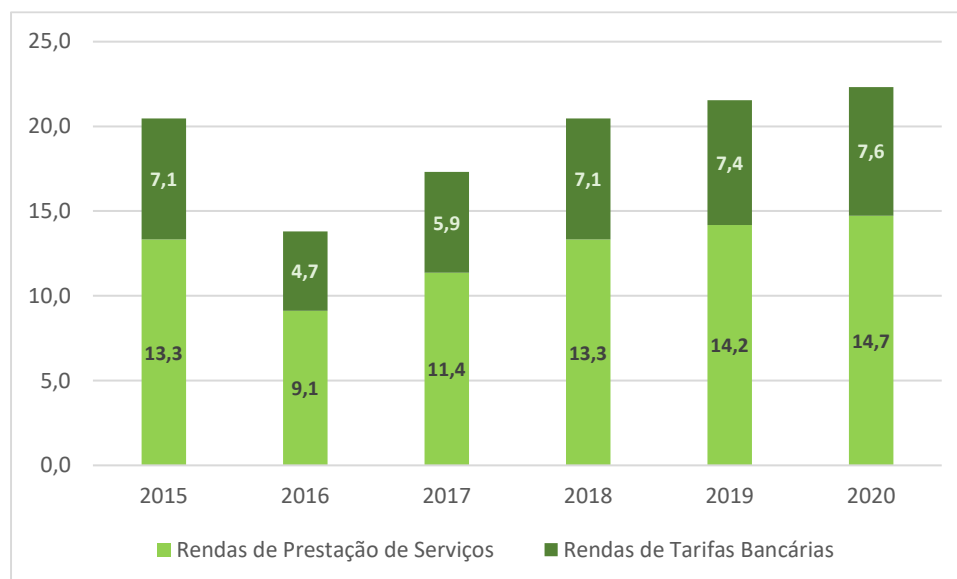
Diferentemente do resultado de intermediação analisado na Seção 2, não é possível associar um custo específico (e.g. custo de captação) à prestação de serviços e à oferta de tarifas. Esse custo fica diluído na estrutura mais ampla de custos da instituição financeira, captado pelas despesas administrativas e de pessoal. Na literatura é comum utilizar a evolução dessas despesas como uma referência para comparação da evolução das receitas de serviços e tarifas, buscando aferir a “eficiência operacional” dos bancos a partir de indicadores que relacionam ambas as medidas.

Gráfico 13 – Crescimento real anual das Rendas de Tarifas e Serviços do Setor Bancário (Variação %) (2015-2020)



Fonte: IF.Data, BCB.

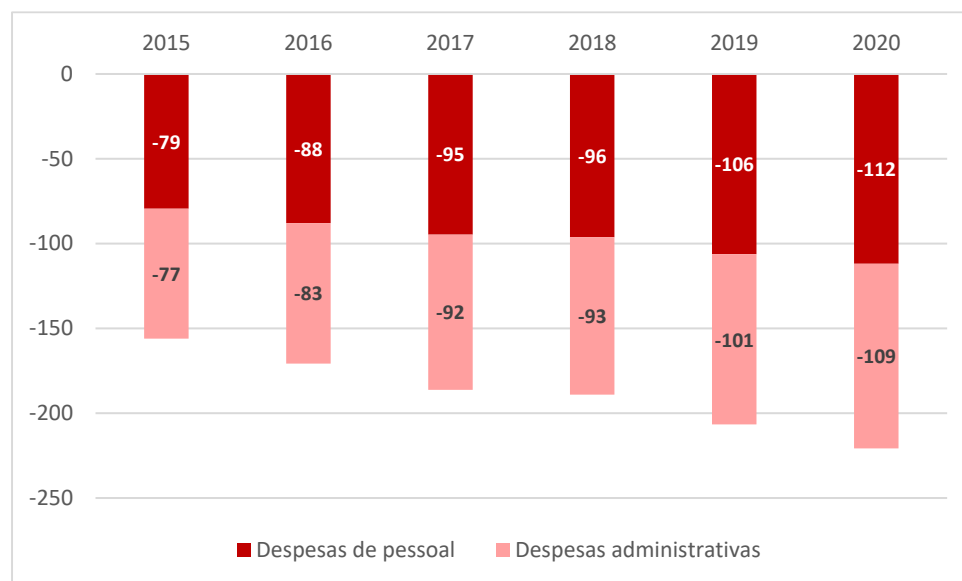
Gráfico 14 – Razão entre as Rendas de Tarifas e Serviços e as Receitas de Intermediação do Setor Bancário (%) (2015-2020)



Fonte: IF.Data, BCB.

As despesas administrativas saíram de R\$ 65 bilhões em 2014 para R\$ 109 bilhões em 2020, ao passo que as despesas com pessoal saíram do patamar de R\$ 61 bilhões em 2014 para R\$ 112 bilhões em 2020, todos os dados a preços constantes do último ano (Gráfico 15). Essa trajetória revela que as despesas administrativas e de pessoal acompanharam, organicamente, a expansão do setor bancário nesse período: a estrutura operacional necessária para dar conta do aumento das atividades no segmento bancário trouxe novos custos e dispêndios para as instituições.

Gráfico 15 – Despesas Administrativas e de Pessoal do Setor Bancário (R\$ bilhões de 2020 atualizados pelo IPCA) (2015-2020)



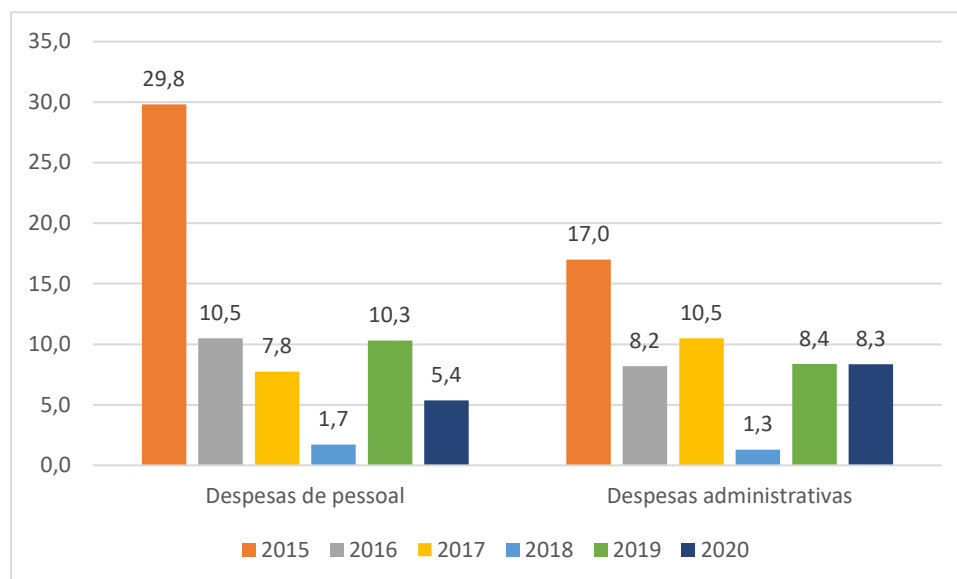
Fonte: IF.Data, BCB.

É possível observar no Gráfico 16 que essas despesas cresceram em todos os anos do período analisado. Não há uma tendência clara em relação ao comportamento dessas séries. Elas aumentam significativamente, em termos reais, no ano de 2015, mas depois a série de crescimento real apresenta comportamento errático – ainda que sempre positivo. Na média de 2014 a 2020, as despesas com pessoal cresceram 12% e as despesas administrativas 9%.

É interessante notar, contudo, que, diferentemente do passado, essa expansão das despesas não foi acompanhada por uma expansão da rede de agências, pelo contrário (Gráfico 17).¹⁷ A pandemia de covid-19 pode até ter acelerado a reestruturação dos canais de atendimento do setor bancário, mas só veio a consolidar uma tendência já existente de digitalização via uso de *mobile* e *internet banking*, o que pode ter tido reflexos importantes nas despesas realizadas pelo setor.

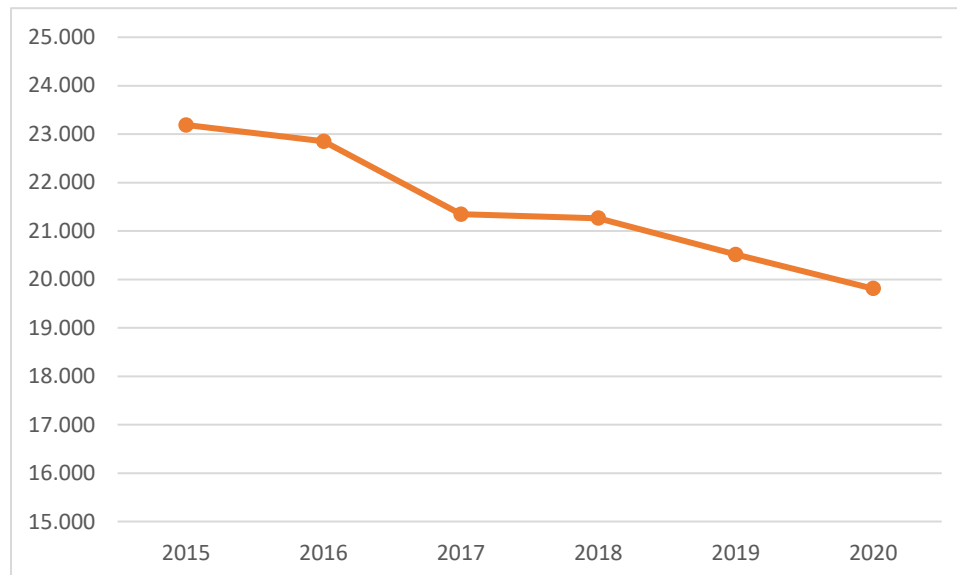
¹⁷ De fato, analisando os resultados para as despesas de pessoal dos 5 maiores bancos do país no período, essa evolução refletiu reajustes derivados dos acordos coletivos, programas de demissão voluntária, mudanças nas regras de participação dos lucros, desligamentos de número expressivo de colaboradores e, mais recentemente, alteração no perfil de contratação de funcionários com formação mais tecnológica que foram alocados nas áreas de negócios, com destaque para as novas agências digitais e equipes de transformação digital.

Gráfico 16 – Crescimento real anual das Despesas Administrativas e de Pessoal do Setor Bancário (Variação %) (2015-2020)



Fonte: IF.Data, BCB.

Gráfico 17 – Número de agências bancárias (2015-2020)



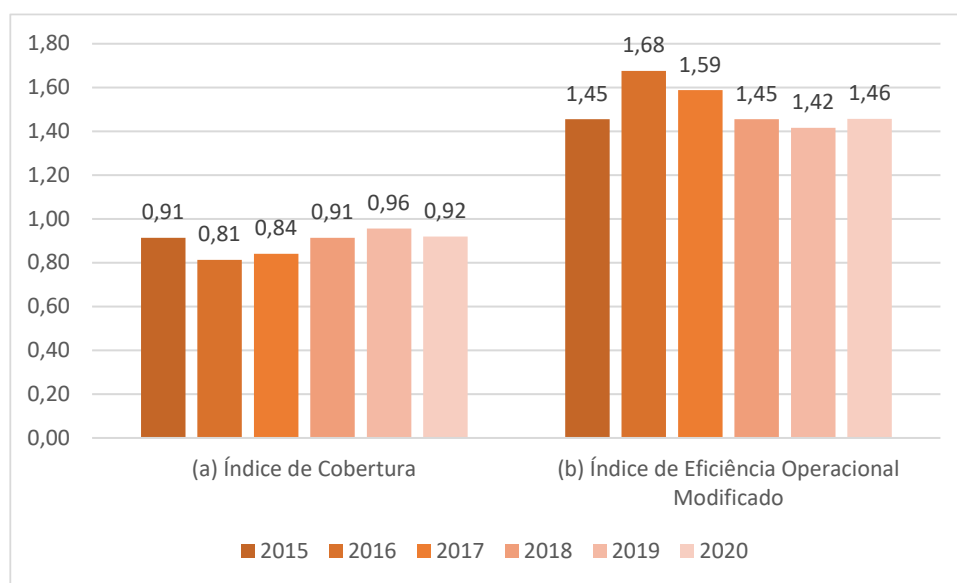
Fonte: IF.Data, BCB.

Na literatura costuma-se avaliar a eficiência operacional dos bancos a partir da comparação entre as receitas e despesas descritas nessa seção (ANDIMA, 2001; Costa; Pinto, 2013; Gomes; Oliveira; Matias, 2017). Análises desse tipo foram muito frequentes no período pós-abertura financeira, quando se esperava que os bancos

estrangeiros iriam trazer ao mercado brasileiro as melhores práticas internacionais e, portanto, maior eficiência operacional – e.g. Andima (2001). Outra parte da literatura se ocupa de avaliar as diferenças entre bancos privados e públicos, estes com uma presença destacada no sistema financeiro brasileiro (Costa; Pinto, 2013).

A razão entre as receitas de prestação de serviços e as despesas administrativas é conhecida na literatura como índice de cobertura. Esse índice permite avaliar o quanto a instituição é capaz de gerar de receitas de serviços para dado nível de dispêndio com suas operações. Quanto maior o índice, melhor é performance da instituição, uma vez que cada real dispendido gerará um volume maior de receita de serviços (Gráfico 18 (a)).

Gráfico 18 – Indicadores de Eficiência do Setor Bancário Brasileiro (2015-2020)



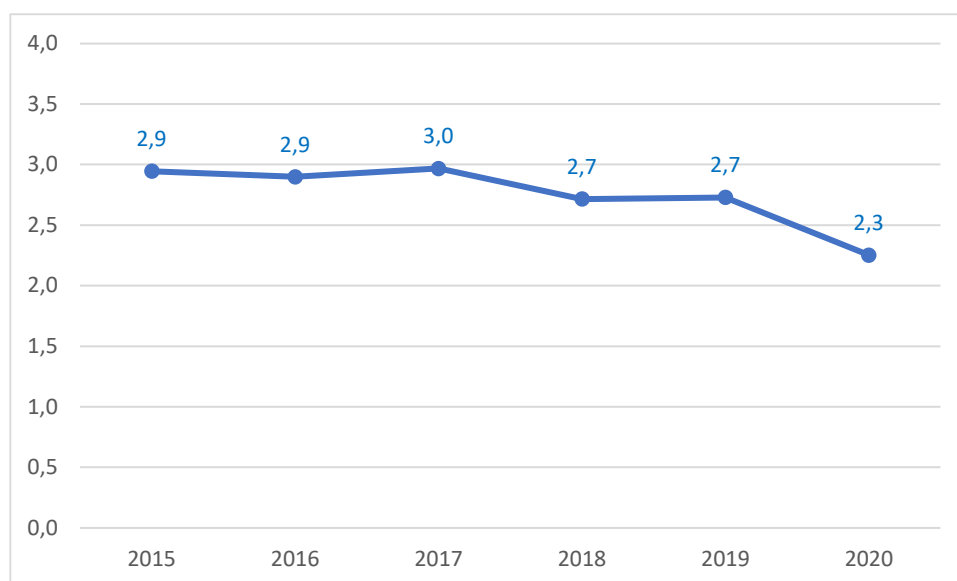
Fonte: IF.Data, BCB.

Há também o índice de eficiência operacional, aqui calculado pela razão entre a soma das despesas de pessoal e outras despesas administrativas e a soma das receitas de prestação de serviços e de tarifas – em outras formulações, como Costa e Pinto (2013), esse índice inclui também as receitas de intermediação no denominador, mas ele foi modificado para aferir a capacidade que os bancos têm de serem “autossuficientes” a partir da geração de receitas de serviços e tarifas. Quanto menor o índice, maior a “eficiência” da instituição (Gráfico 18 (b)).

Ambos os índices revelam uma melhora na performance dos bancos analisados no período, o que, em parte, ajuda a explicar o comportamento e a resiliência da taxa de lucro das instituições financeiras brasileiras. Os bancos apresentaram uma elevada e crescente capacidade de cobrir suas despesas com pessoal a partir das receitas de serviços e também aumentaram a eficiência operacional a partir da estratégia desenhada para a prestação de serviços e cobrança de tarifas.

Outro indicador que referenda a análise anterior é o índice de custo operacional, calculado a partir da razão entre a soma das despesas administrativas e de pessoal e o ativo total dos bancos. Esse índice caiu de 2,9% em 2015 para 2,3% em 2020, mostrando que a taxa de crescimento dos ativos dessas instituições supera a taxa de crescimento de suas despesas operacionais (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Custo operacional do setor bancário brasileiro (%) (2015-2020)



Fonte: IF.Data, BCB.

Contudo, é necessário acompanhar como os bancos incumbentes irão reagir às várias mudanças pelas quais o sistema financeiro deverá passar no futuro próximo. O sistema de pagamentos instantâneo Pix já é uma realidade no Brasil e afetou diretamente a capacidade de cobrança de tarifas de pessoas físicas. O fechamento das agências poderá ajudar a economizar alguns custos, porém o processo de digitalização demandará dispêndios relevantes com pessoal e com resiliência cibernética. Ademais, a entrada de *fintechs* com novas soluções de

pagamento, de cartão de crédito e de investimentos, além do próprio *open banking* em implementação, poderá afetar diretamente a capacidade de cobrar por serviços dos bancos.

5. Considerações finais

Ao longo dos anos foram muitas as metodologias e enfoques utilizados com o objetivo de explicar a elevada e resiliente lucratividade bancária no Brasil. Há muito predomina o entendimento de que a explicação para esse fenômeno residiria nos condicionantes macroeconômicos. No caso, a igualmente resiliente e elevada taxa de juros, que fazia engordar a carteira de títulos públicos dos bancos, assim como tornava altas as taxas de juros cobradas nos empréstimos bancários. Era assim entendido que o *spread* do crédito era alto devido ao custo de oportunidade, ou seja, à possibilidade de obter bons rendimentos, liquidez e segurança detendo títulos públicos¹⁸.

Neste artigo analisamos como a taxa de lucro dos bancos brasileiros se comportou num período de queda sistemática e significativa da taxa básica de juros, cobrindo os anos de 2015 a 2020. Vimos que os lucros dos bancos brasileiros se sustentaram a despeito da queda da taxa de juros, o que coloca uma série de desafios à explicação apresentada no parágrafo anterior. A queda da taxa Selic não levou a uma redução das receitas com operações de crédito, muito embora tenha impactado as rendas auferidas pelas tesourarias em transações com títulos e valores mobiliários. E a dinâmica dos custos de captação favoreceu a manutenção de expressivos resultados de intermediação financeira.

Em outras palavras, esse estudo referenda a percepção de que os condicionantes macroeconômicos são essenciais para explicar a trajetória da rentabilidade dos bancos no Brasil, porém, o que procuramos enfatizar é a ideia de que os bancos são administradores dinâmicos de seus balanços. Portanto, buscam alcançar níveis de rentabilidades elevados manejando os volumes e os preços de suas operações ativas e passivas, independentemente da trajetória das principais variáveis financeiras (Minsky, 2008; Paula, 2014).

As características do crédito bancário verificadas no período anterior à recessão tornam-se cruciais para entender o período posterior, em especial, o

¹⁸ Ver Santos (2021) para uma explicação alternativa.

crescimento do crédito à pessoa física na esteira do processo de bancarização. Diante do fraco dinamismo do crédito às empresas após a recessão de 2015, a realocação das carteiras em favor de linhas e modalidades destinadas às pessoas físicas funcionou como uma estratégia importante para a manutenção das receitas de operações de crédito. Com a queda nos custos de captação das instituições financeiras, o resultado foi a manutenção e mesmo expansão da lucratividade dos bancos. Isso se expressa melhor nos indicadores de margem de juros calculados pelo BCB, que permitem identificar claramente essa dinâmica.

A dimensão da margem de juros encontrada no início do período analisado e mantida ao longo dele é, ao nosso ver, fator de ordem mais estrutural, que resulta da relação entre as taxas das operações de empréstimos e a taxa básica de juros (*spread* bancário) e entre as taxas de captação em comparação à taxa básica. Esse trabalho procurou analisar as variações e o grau de estabilidade dessa margem no período indicado, mas entendemos que, como agenda de pesquisa futura, será necessário estudar empiricamente os fatores condicionantes, que explicam o tamanho e ajudam a compreender a dinâmica desse indicador.

Outra questão que se coloca do ponto de vista da taxa de lucro dos bancos diz respeito à capacidade que essas instituições têm de amplificar suas receitas por meio do aumento de tarifas ou das taxas e remunerações por prestação de serviços vis-à-vis o controle de sua matriz de custos operacionais. No passado, essa estratégia já foi relevante, mas no presente encontra alguns complicadores, como a entrada de novas *fintechs* no mercado e a disseminação do Pix.

Vimos que os bancos foram capazes de auferir um montante de receitas crescente com taxas e tarifas no período analisado, ganhando maior relevância, inclusive, em relação ao total de receitas de intermediação. Porém, a expansão real desses volumes foi decrescente ao longo dos últimos anos. As despesas com pessoal e administrativas apresentaram comportamento similar, se expandindo no período, mas a taxas cada vez mais baixas. Com isso, foi possível às instituições gerarem resultado também por essa via, mas com uma capacidade mais limitada em relação ao verificado no caso da intermediação.

Para o futuro, cumpre entender como as novas tecnologias irão ditar o padrão concorrencial do setor bancário. Será que esta gestão dinâmica será capaz de contrarrestar as pressões competitivas advindas das inovações tecnológicas e regulatórias que estão se difundindo no país e no mundo? Esse tema é relevante

não somente pela possível reconfiguração que os novos entrantes podem trazer para o sistema, mas também porque este cenário de transformação amplia os riscos e incertezas, inclusive, como reguladores e supervisores irão lidar com esses novos desafios. Este artigo é apenas um primeiro esforço de uma agenda de pesquisa perene dedicada a acompanhar e interpretar os fenômenos empíricos que caracterizam a lucratividade dos bancos brasileiros.

Referências

- ALMEIDA, F. D.; DIVINO, J. A. Determinants of the banking spread in the Brazilian economy: the role of micro and macroeconomic factors. *International Review of Economics and Finance*, 40, p. 29-39, 2015.
- ANDIMA. *O Novo Perfil do Sistema Financeiro*. Rio de Janeiro: Andima, 2001.
- ANDIMA; IBGE. *Sistema Financeiro: Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995*. Rio de Janeiro: Andima/IBGE, 1997.
- ARAÚJO, L. A. D.; JORGE NETO, P. M.; PONCE, D. A. S. Competição e Concentração entre os Bancos Brasileiros. *Economia*, v. 7(3), p. 561-86, 2006.
- AUGUSTO JR., F.; GABRIELLI, J. S.; ALONSO JR., A. *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório da Estabilidade Financeira. Brasília 2018
- BELAISCH, A. Do Brazilian Banks Compete? *IMF Working Paper*, n. 113, mai. 2003.
- BOLT, W.; DE HAAN, L.; HOEBERICHTS, M.; VAN OORDT, M. R. C.; SWANK, J. Bank profitability during recessions. *Journal of Banking & Finance*, v. 36(9), p. 2552-2564, 2012.
- CARVALHO, F. J. C. Sobre a endogenia da oferta de moeda: réplica ao professor Nogueira da Costa. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 3, p. 114-121, 1993.
- CLAESSENS, S.; COLEMAN, N.; DONNELLY, M. “Low-For-Long” interest rates and banks’ interest margins and profitability: Cross-country evidence. *Journal of Financial Intermediation*, v. 35, Part A, p. 1-16, 2018.

CHERNAVSKY, E.; DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Economia e Sociedade*, v. 29(3), p. 811-34, 2020.

COSTA, F. N.; PINTO, G. M. A. Impactos da pressão para concorrência bancária no mercado de crédito brasileiro. *Texto para Discussão IE/Unicamp*, n. 215, fev. 2013.

DIEESE. *As Receitas de Prestação de Serviços dos Bancos*. Brasília: DIEESE, jun. 2006.

EXAME. Exame Melhores e Maiores 2010. São Paulo: Revista Exame, 2010.

GOMES, M. C.; OLIVEIRA, S. V. W. B.; MATIAS, A. B. Eficiência do setor bancário brasileiro no período de 2006 a 2013: bancos domésticos x bancos estrangeiros. *Nova Economia*, v. 27(3), p. 641-70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3057>.

JOAQUIM, G.; VAN DOORNIK, B. Bank competition, cost of credit and economic activity: evidence from Brazil. *BCB Working Paper Series*, n. 508, 2019.

MACAHYBA, L.; MARTINS, N.; TORRES, E. Os aspectos financeiros da crise do coronavírus no Brasil: uma análise minskyana – Texto para Discussão 013/20 – IE/UFRJ, 2020.

MARTINS, B. Local market structure and bank competition: evidence from the Brazilian auto loan market. *BCB Working Paper Series*, n. 299, 2012.

MINSKY, H. P. Regulation and Supervision. Paper n. 443, Hyman P. Minsky Archive, Annandale-on-Hudson. Nova York: Levy Economics Institute, 1994.

MINSKY, H. P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw Hill, 2008. PAULA, L. F. Dinâmica dos Bancos em uma Economia Monetária. In: PAULA, L. F. (Org.). *Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PAULA, L. F. A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação. *Texto para Discussão IE/UFRJ*, n. 016, mai. 2021.

PAULA, L. F.; MARQUES, M. B. L. Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil. *Análise Econômica*, ano 24, n. 45, p. 235-63, 2006.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. A Guerra de Todos Contra Todos e a

Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 54, dez. 2019.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. W. A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015). *Texto para Discussão IPEA*, n. 2.243, 2016.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. *Macroeconomia da Estagnação Brasileira*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2021.

ROENGPITYA, R.; TARASHEV, N.; TSATSARONIS, K.; VILLEGAS, A. Bank business models: popularity and performance. *BIS Working Papers*, n. 682, dez. 2017.

SANTOS, T. T. O. High Lending Interest Rates in Brazil: cost or concentration? *BCB Working Paper Series*, n. 550, mai. 2021.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. *Nova Economia*, v. 25 (Especial), p. 803-33, 2015.

SICSÚ, J. A economia da depressão está de volta? *Economia e Sociedade*, v. 29(2), p. 435-468, 2020.

SICSÚ, J. Brasil: É uma depressão, não foi apenas uma recessão. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23(1), p. 1-41, 2019.

STIROH, K. J. Diversification in Banking: Is Noninterest Income the Answer? *Journal of Money, Credit, and Banking*, v. 36(5), p. 853-882, 2004.